

Uma educação profissional de cor

A color professional education

Willian Silva de PAULA¹

Resumo

Este artigo busca investigar a trajetória profissional de jovens, dando ênfase na questão cor. Foram realizadas entrevistas com treze alunos, levantando, através da *História de Vida*, fundamentada em Becker (1999), a trajetória que eles desenvolveram após concluir o curso técnico. A análise de dados teve como suportes teóricos estudos de Petrucelli (1998), Hall (2002), Velho (1999) e Teixeira (2003). O levantamento leva a refletir sobre a necessidade de apreciação dos dados sobre cor no Brasil e estimular pesquisas sobre as dimensões antropológicas e sociais no processo do brasileiro se autoclassificar e classificar o outro por categorias de cor.

Palavras-chave: Estudantes. Negro. Classificação. Categorias de cor.

Abstract

This research tried to investigate the professional trajectory of younger, giving emphasis in skin's color. For this, thirteen students had been interviewed, based on *History of Life*, Becker (1999), trying to understand the trajectory that they had developed after to conclude the technician course. The analyzes of data had as theoretical supports studies of Petrucelli (1998); Hall (1999); Velho (1999) and Teixeira (2003). This kind of studies reflect on the importance about data on color in Brazil and stimulate the research production on the anthropology and social dimensions in the process of the Brazilian to classify themselves and to classify the others.

Keywords: Students. Black. Classify. Color's Categories.

1 Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Professor e Diretor Geral do Instituto Federal de Mato Grosso - IFMT - Campus Confresa-MT :Endereço institucional: Av. Vilmar Fernandes,300,Setor Santa Luzia, Confresa-MT Telefone (66) 3564 2600. E-mail: <willian.paula@cfs.ifmt.edu.br>.

Considerações iniciais

Ser negro num país multirracial e miscigenado como o Brasil é ser diferente. Mas diferente de quem? De uma pessoa branca? Que é dado como o natural existente, que ninguém questiona seu sexo ou sua *raça*? Isso apenas por ser branco?

Estudar as diferenças entre negros e brancos na educação tem sido uma tarefa difícil, quando se tem em mãos dados que nos levam a perceber a necessidade de compreendermos o retrato das desigualdades raciais que vem sendo solidificado na sociedade brasileira.

Ao adentrar nesse campo é que nasce o artigo que ora apresento, para mostrar a questão da cor presente na trajetória profissional de jovens negros egressos do Cefet-Cuiabá-MT, hoje Campus São Vicente, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT).

Este trabalho teve como objeto de estudo alunos negros egressos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá-MT, hoje campus São Vicente do IFMT, do período de 1995 a 1999, período em que participava da formação desses egressos como professor efetivo da Instituição e como Coordenador de Assistência ao Educando.

O então CEFET-Cuiabá vinha, desde 1947, formando técnicos agrícolas para atuarem em áreas diversas, como: pecuária, agricultura, indústrias rurais, pequenas propriedades, comércio de produtos agropecuários etc.

Para atender os objetivos da pesquisa foi realizada uma classificação dos alunos através da cor da pele, observando as fotografias 3x4 que estavam em suas fichas de matrículas, procedendo como Teixeira (2003), utilizando-se as categorias de cor oficiais do IBGE como base (branca, amarela, preta, parda e indígena) - e a esse grupo acrescentamos uma outra categoria intermediária: *mulatos*, que, segundo Teixeira (2003, p. 36), possibilitariam “[...] ampliação do debate”. Para ela, é exatamente esse grupo *mulato* que talvez “[...] represente o maior problema de uma classificação racial no Brasil” (TEIXEIRA, 2003, p. 36). Assim, utilizamos pardos e mulatos, seguindo um critério de gradação de cor, em que os primeiros seriam mais claros e os segundos mais escuros.

Foram analisadas 425 (quatrocentas e vinte e cinco) fichas de alunos egressos do curso técnico agrícola, distribuídos de acordo com os anos de conclusão do curso, sendo: 1995, 1996, 1997 e 1999. Essa análise se pautou na classificação de cor e no tipo de escola onde realizaram o Ensino Fundamental

Para a classificação, levou-se em consideração a cor da pele que apresentavam nas fotos, bem como traços e formatos dos olhos, lábios e nariz, e o tipo de cabelo, pois, conforme Oliveira (1999, p. 48), “[...] é a tais características físicas que são atribuídos significados sociais, dando origem ao estigma que é a fonte de discriminação”.

Teixeira (1986) observa que o fato de os indivíduos se encontrarem classificados por sua cor de pele e demais características físicas a ela vinculadas sugere a forma como podem ser socialmente caracterizados; e também Schwarcz (1993) ressalta que o resultado da indeterminação nas distinções raciais faz com que o fenótipo, ou, melhor, certos traços físicos, como o formato, o tipo de cabelo e a coloração de pele, se transformem nas principais variáveis de discriminação.

Ainda Oracy Nogueira (1985) aponta que a marca principal, que permite a identificação dos potenciais sujeitos de preconceito, é a cor, para a qual existe uma espécie de escala de gradação, que vai do estritamente branco (o nível ideal) ao completamente preto.

Tendo feito uma classificação com os embasamentos acima, foi possível chegar ao seguinte quadro:

Quadro 1 - Distribuição dos alunos por cor e ano de formatura

Categorias de cor	1995	1996	1997	1999
Amarela	01	02	01	01
Branca	50	60	52	53
Mulata	10	10	10	05
Parda	42	29	45	29
Preta	08	08	04	03
Índio	01	01	---	---
Total	112	110	112	91

Fonte: Paula, W. S. (2011).

Observa-se, no Quadro 1, parcela pouco representativa dos alunos negros. Em um universo de 425 alunos, apenas 23 foram classificados como pretos, já na categoria mulato foram 35 alunos; pardos, 145; e brancos, 215, o que vem somar com o que as pesquisas têm demonstrado.

Jaccoud e Beghin (2002) verificaram que no acesso ao Ensino Médio tem-se um aumento da ocorrência de desigualdade entre negros e brancos: “[...] apesar da população negra de 15 a 17 anos ter quase triplicado seu ingresso no ensino médio, a distância aumentou de 18 para 26 pontos”.

Segundo Jesus (2006), hoje, no Brasil, os jovens que conseguem atingir nível de escolarização do Ensino Médio são considerados vitoriosos, pois entre os alunos negros, poucos são os que conseguem superar essa barreira e chegar à universidade.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica 2005 (INEP, 2005) revelam que os estudantes autodeclarados pardos representam 36,9% do total de 19.828.489 matrículas registradas em escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio. Já os que se consideram brancos são 33,8%; os pretos 8%; os amarelos 1,1%; os indígenas 0,8%; e aqueles que não declararam sua raça/cor, 19,3%.

Esse mesmo censo apresenta dados que apontam os estudantes declarados pardos como maioria, 40,5% nas matrículas das escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio.

E em se tratando de escolas federais, o Censo mostra que 50,7% dos 94.379 estudantes matriculados não declararam sua raça/cor durante a coleta das informações para o Censo Escolar da Educação Básica 2005. Os alunos que se autodeclararam brancos representaram 25,6% do total de matrículas registrado, e os pardos, 18,5%. Já os amarelos respondem por 0,8% das vagas ocupadas e os indígenas por 0,5%.

Os dados observados no Censo Escolar de 2005 deixam claro que a escola pública ainda é a via de acesso ao ensino mais procurada pelos alunos negros.

Ainda como técnica para coleta dos dados foram realizadas entrevistas, tendo como procedimento metodológico a *história oral*, através da técnica de *história de vida*.

Thompson (1992, p. 26), ao discutir os aspectos metodológicos da história oral, destaca que ela propicia a obtenção de dados semelhantes à autobiografia publicada, porém com maior dimensão, baseada em “[...] uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação do relato tido como verdadeiro [...]”, no qual os depoentes podem ser escolhidos entre as pessoas mais humildes, desprivilegiados ou derrotados.

O autor enfatiza ainda que a abordagem oral trata de vidas individuais baseadas na fala e não na habilidade da escrita, que é exigente e restrita. O autor chama a atenção para a importância da utilização do gravador, visto que esse permite não só que a história seja registrada em palavras faladas, mas que também seja apresentada por meio delas: “As palavras podem ser transmitidas de maneira idiossincrática, mas, por isso mesmo, são mais expressivas. Elas insuflam vida na história” (THOMPSON, 1992, p. 40).

Definido o método a ser utilizado, elaborou-se um roteiro de entrevistas a partir dos seguintes eixos: escolha do curso técnico; trajetória profissional; identidade e discriminação. As perguntas que compuseram o roteiro eram abertas, permitindo o surgimento de outras questões ao longo das entrevistas, as quais foram realizadas no primeiro semestre de 2006.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a entrevista é utilizada para recolher dados descritos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. Acrescentam ainda que, mesmo utilizando um guia, as entrevistas

qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo.

As entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2006 e não foram feitas de acordo com todas as fichas levantadas. Para escolher os entrevistados, optou-se por aqueles que estavam atuando em cidades próximas, que facilitassem o encontro com o pesquisador. Foram feitos contatos via telefone e e-mail, e os encontros eram marcados no então CEFET, ou nas casas dos sujeitos e/ou na residência do pesquisador, visando atender aos objetivos propostos para a pesquisa. Apenas um aluno teria de se deslocar de muito longe para ser entrevistado, mas como ele se encontrava em período de férias no município de Jaciara, que fica próximo a São Vicente, foi possível entrevistá-lo.

Tendo feito esses contatos, chegou-se ao número de 13 sujeitos com os seguintes perfis:

Perfil dos alunos entrevistados

- F.R.A.C. 25 anos, médico veterinário. Trabalha na propriedade da família no município de Pedra Preta-MT. Foi classificado como pardo.
- C.L.E.S. 27 anos, estudante da Universidade do Estado de Mato Grosso, faz um curso superior voltado para Agroecologia. Foi classificada como mulata.
- M.L.M. 31 anos, Bióloga. Trabalha com projetos de Educação Ambiental na propriedade da família. Foi classificada como preta.
- E.L.A. 25 anos, concluinte do Curso de Tecnologia em Agricultura Sustentável do hoje IFMT/Cuiabá. Desenvolve um projeto de mudas nativas dentro de uma empresa incubada na Incubadora de Empresas ATIVA do IFMT/Cuiabá. Foi classificado como pardo.
- A.A.E.P. 26 anos, cursou Biologia em uma faculdade particular de Várzea Grande-MT. Trabalha na própria propriedade em um assentamento rural. Foi classificada como mulata.
- L.R.T. 27 anos, formando nos cursos técnicos agrícola e de informática oferecidos pelo então CEFET Cuiabá. Atualmente, trabalha como prestador de serviço da Associação de Pais e Mestres do IFMT/Cuiabá na área de informática. Foi classificado como preto.
- O.S. 28 anos. Formado em Licenciatura em Ciências Agrícolas e Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trabalha como agrônomo no município de Confresa-MT. Foi classificado como preto.

- E.S.M. 27 anos, técnico Agrícola. Trabalha com algodão no município de Campo Verde. Foi classificado como mulato.
- G.O.T. 25 anos, concluinte do curso de Tecnologia em Agricultura Sustentável do IFMT/Cuiabá. Desenvolve projetos de mudas nativas em empresa incubada na Incubadora de Empresas ATIVA do IFMT/Cuiabá. Foi classificado como preto.
- B.D.G. 26 anos, Técnico Agrícola. Trabalha num Hotel Fazenda no município de Barão de Melgaço-MT. Foi classificado como preto.
- A.F.G. 27 anos, Técnico Agrícola. Trabalha como motorista de transporte urbano no município de Cuiabá. Foi classificado como preto.
- M.S.S. 28 anos, Técnico Agrícola. Funcionário público do município de Juscimeira-MT. Foi classificado como mulato.
- E.P.M. 26 anos. Técnico Agrícola. Funcionário de uma Empresa de Bebidas no município de Cuiabá. Foi classificado como pardo.

Nesta pesquisa foram ouvidos, também, professores e a funcionária responsável pelo setor de Relação Escola – Empresa que faz o encaminhamento para estágio e empregos dos alunos do IFMT/Cuiabá. Esta pesquisa, da qual este artigo faz parte, bem como seus resultados estão no livro *Educação profissional e a trajetória profissional de jovens negros em Mato Grosso*, publicado pela EdUFMT, (PAULA, 2011).

Souza (2001) comenta que a escola é um lócus privilegiado para a emergência de embates que envolvem a problemática racial, pois nela se encontram crianças e adolescentes pertencentes a diferentes grupos fenotípicos.

Há uma espécie de pacto da convivência, ser reconhecido ou reconhecer alguém como negro soa, às vezes, como coisa negativa ou insulto, por ser associado à condição inferior (SOUZA, 2005). Ao fato que as terminologias, como: moreno, pardo, bronzeado, ou algo semelhante, conferem, no imaginário social, uma posição mais aceitável para o sujeito.

Definir a cor ou raça de alguém não é tarefa simples. Segundo Hall (2002), a cor de um ser humano é sempre presumida, uma vez que cor é uma categoria classificatória, criada culturalmente. Para ele, a atribuição ou a autoatribuição de cor é a tentativa de situar um sujeito em um contexto social, usando uma presumida aparência para posicionar o referido sujeito nas relações de poder como dominante, subalterno, igual, diferente.

Na história dos censos, percebe-se uma nuance de cores diluídas nos diferentes termos que já foram usados e outros que ainda permanecem com intuito de classificar a população brasileira. Entre eles, pode-se destacar o caboclo, mestiço,

amarelos, pardos, pretos, brancos e indígenas que, a partir de 1991, passaram a ser enumerados separadamente do *pardo*, o que possivelmente teria gerado a inclusão do termo *raça* ao quesito cor.

Observa-se que desde a realização do primeiro levantamento de informação sobre a raça no Brasil, em 1872, os pesquisadores têm buscado apreender o significado da diversidade de termos usados no cotidiano das relações raciais no país.

Em 1976, o IBGE introduziu no seu levantamento uma questão aberta, procurando verificar se as categorias do censo se distanciavam dos termos usados no cotidiano da população. Nessa questão aberta, o informante definia sua condição racial usando vocábulos do dia a dia. O resultado foi uma variedade de termos, sendo que 57% deles poderiam ser enquadrados nas categorias censitárias. A conclusão desse levantamento foi que, mesmo usando categorias censitárias que limitem a riqueza de termos raciais e eliminem as ambiguidades, essas categorias estariam expressando o modo como a maior parte da população se percebe racialmente.

Petruccelli (1998) também realizou estudos de gênese de alguns termos encontrados na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1998, mostrando as origens dos termos: pardo, mulato, mestiço, moreno, bugre, caboclo, cafuzo, preto, branco.

Segundo o estudo feito pelo autor, o termo *pardo* pode ter sua origem do latim, significando leopardo (leão-pardo) pela sua cor obscurificada. Já o *mulato* seria o resultado da miscigenação entre brancos e pretos, ou vice-versa. *Mestiço* vem do latim tardio *mixticus* de *mixtus*, participio passivo do verbo *miscere*, misturar (PETRUCCELLI, 1998). O termo *moreno* tem sua origem no espanhol, oriundo de moro, do latim *maurus*, referindo-se ao habitante da Mauritània.

Com relação ao vocábulo *caboclo*, Petruccelli (1998) fala que pode ser usado para nominar o índio como mestiço de índio com branco, ou ainda, aquele de cor cobreada e cabelos lisos. *Cafuzo* para o autor, embasado em Cunha (1982), teria uma origem incerta, já o termo *bugre* tem referência *depreciativa* como designação genérica dada ao índio, especialmente o bravo e /ou guerreiro.

Para entender o termo *preto*, cita Said-Ali (1931), dizendo que esse termo vem da etimologia do português Preto, espanhol Prieto, e ainda está por elucidar, e a cor *branca* está relacionada a termos alvos, claros.

Valendo-se, ainda, dos dados levantados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 1998, Petruccelli (1998) afirma ter encontrado 143 categorias de cor que foram construídas culturalmente para dar conta de nuances fenotípicas, permitindo uma identificação da cor “[...] dentro de uma escala cromática em posições relativas de distanciamento social variado com a categoria negro”. Tais denominações também são entendidas pelo autor como uma das estratégias

utilizadas para contrabalançar práticas de discriminação. Constroem-se matizes que se aproximam do componente de pele mais clara, na tentativa de uma melhor aceitação social. Dessa forma, a atribuição de cor a uma pessoa é feita de maneira que depende do convívio e, normalmente, vem revestida de significados no interior de um contexto histórico-cultural e social específicos. Assim, quando os indivíduos se autot classificam, o fazem em conformidade com seus contextos de vivência.

Na presente pesquisa, foram realizados três tipos de classificação de cor para os 13 alunos entrevistados: classificação do pesquisador (utilizando as categorias pretas, pardas e mulatas, brancas, amarelas e índias) e a autot classificação dos entrevistados por categorias abertas e pelas categorias de cor fechada do IBGE.

O Quadro 2 apresenta o levantamento de cor feito através da classificação do pesquisador e dos levantamentos feitos com os alunos durante as entrevistas.

Quadro 2 - Cor dos alunos, segundo a classificação do pesquisador e dados das entrevistas

Alunos	Classificação do Pesquisador	Autot classificação	Classificação do IBGE
F.R.A.C.	pardo	brasileirinho jambo	branco
C.L.E.S.	mulata	Negra	Preto
M.L.M	preta	Parda	Parda
E.L.A.	pardo	Pardo	Pardo
A A. E.S.	mulata	Morena	Índio
L.R.T.	preto	Moreno escuro	Preto
O.S.	preto	Negro	Preto
E.M.S.	mulato	moreno	pardo
G.O.T	preto	Negro	Negro
B.D.G	preto	Preto	Pardo
A.FG	preto	queimadinho/ Preto	Preto
M.S.S.	mulato	moreno	Pardo
E.P.M.	pardo	moreno	pardo

Fonte: Paula, W. S. (2011).

Observa-se que a questão de classificar, nominar alguém com relação à cor, é mesmo muito difícil, pois ocorreram divergências entre as classificações feitas pelo pesquisador e os dados levantados nas entrevistas: os entrevistados se autotranscreviam e escolhiam uma categoria fechada de cor, de acordo com o IBGE. Pode-se observar isso na categoria mulata, que aparece apenas na classificação do pesquisador.

Dos 13 alunos entrevistados, ocorreram seis casos de compatibilidade entre as classificações de cor do pesquisador e a autotranscrição dos entrevistados na categoria de cor fechada. Desse total, quatro se referem à categoria preto e dois à pardo.

As disparidades percebidas ficam em torno das categorias pardo, preto e mulato, nas quais encontramos uma classificação do pesquisador como pardo e a autodenominação do entrevistado como branco; isso também ocorreu em dois casos de classificação por parte do pesquisador como pretos e os entrevistados se autodeclararam como pardos. O que chamou mais atenção, como já foi dito, é em relação ao *mulato* e a dificuldade de se autointitular como mulatos, pois na classificação do pesquisador havia 04 mulatos e estes, na autotranscrição, não se viam assim, um deles se autotranscreveu preto; um se autodefiniu como índio e dois se declararam pardos.

A preferência por categorias que se aproximem da cor e das categorias do branco possui em seu contexto aspectos históricos, sociais, culturais e intelectuais, na qual as ideias brasileiras sobre raça surgiram e se disseminaram no país. Com enfoque mais elevado no final do século XIX, as políticas públicas brasileiras tinham por objetivo branquear a população sob uma perspectiva hierárquica, classificava-se a população em raças superiores e inferiores, afirmando assim as desigualdades no país.

Bento (2002) observa que a questão do branqueamento é frequentemente considerada como um problema do negro que, descontente e desconfortável com sua condição de negro, procura se igualar ao branco, miscigenando-se com ele para diluir suas características raciais.

Na verdade, continua a autora, quando se estuda o branqueamento conclui-se que foi um processo inventado e mantido pela elite branca.

Mas, conforme observamos nas entrevistas, ainda permanece no imaginário das pessoas esse *ideal de branqueamento*. Quando perguntado sobre a sua cor e a dos seus familiares, os alunos nos colocam.

Ah, professor, eu sou preto, Mas eu queria ser um pouco mais claro... (B.D.G.).

Ah, num sei, acho que parda, pode ser parda? Tem a cor pardo mesmo? Acho que sou pardo (B.D.G.).

Olha, acho que todos ali, meus pais, meus irmãos, né? Eu tenho quatro irmãos, acho que todos nós seríamos branco, em relação à cor da pele será branco (F.R.A.C.).

A classificação, até mesmo para os entrevistados, não é uma tarefa fácil como parece, pois observamos o uso de termos diferenciados para categorizar cor.

Sou moreno escuro (L.R.T.)

Eu sou meio queimadinho, brincadeira professor, eu sou preto (A.F.G.).

Acho que minha cor é a cor do brasileiro jambo (F.R.A.C.).

As dificuldades de se classificar, e até mesmo se autot classificar, usando expressões como: *queimadinho*, *escuro*, *moreno*, *brasileirinho*, *jambo*, dão margens para diversas possibilidades de classificação, conforme explica Teixeira (1986, p. 90):

[...] escuro e claro são categorias relativizadoras, que atenuam a possibilidade de conflito porque permitem, de forma mais acentuada, a manipulação e a ambiguidade, já que o que é claro na relação com alguém pode ser mais escuro frente a um outro, enquanto as possibilidades de relativização dos termos branco e preto são muito mais reduzidas.

As divergências de classificação entre o pesquisador e os entrevistados evidenciam que a cor no Brasil não possui critérios estabelecidos. Os sistemas de classificação intercalam entre pretos e brancos, dando origem a vários tipos de denominações para definir a cor de uma pessoa.

No Quadro 2 também se observa o diferencial de categorias utilizadas pelos alunos entrevistados nas perguntas de cor aberta e fechada.

Percebe-se o uso do termo *negro* como uma certa preferência na categoria de cor aberta, já o uso do termo *moreno*, na categoria aberta de cor, faz referência ao pardo na categoria de cor fechada, e também o uso “moreno escuro” para referenciar o preto na categoria de cor fechada. Observamos também a aceitação do termo preto nos dois tipos de categoria.

Vale lembrar que, durante as entrevistas, foi notória na fala dos entrevistados a preferência pelo termo *negro*, até mesmo na categoria de cor fechada, pois não gostavam de se autot classificar como preto, e como só tinham essa opção na categoria de cor fechada então ficariam com ela, por se aproximar do negro pela qual tinham preferência.

O termo negro no final do século XIX era utilizado como uma denominação pejorativa para homens e mulheres escravizados. Segundo Guimarães (2002), naquela época, as pessoas livres de ascendência africana eram classificadas ou se classificavam como *pretos*, *pardos* ou *homens de cor*. “Apenas a partir de meados dos anos de 1920, uma elite desses homens de cor passou a se designar como ‘negros’, unificando as diversas denominações de cor sob esse termo” (GUIMARÃES, 2002, p. 3). O autor ressalta também que as pessoas com ascendência africana que participavam de mobilizações políticas no país passaram a se designar como negros a partir daquele período.

A preferência dos alunos entrevistados pelo termo negro não se configura como uma problemática, visto que essa pesquisa entende o termo negro como a junção de pretos, pardos e mulatos.

O termo moreno aparece no Quadro 2, na pergunta de cor aberta, e foi usado por 3 alunos que se autodeclararam pardos na categoria de cor fechada. O uso desse termo será o ponto de discussão do próximo tópico.

Eu sou moreno!

Segundo Piza e Rosemberg (2002), o termo moreno pode estar designando a procura do branqueamento, já para outros, porém, essa denominação, tanto no processo de auto quanto de heteroclassificação, pode estar designando um processo de despreconceituação da nomeação da cor.

Para as autoras, as palavras usadas para nomear a cor das pessoas não são veículos apenas enunciativos de matizes de cor, mas também portadoras de índices de preconceito/ discriminação, de seu distanciamento e de sua superação. Elas comparam também que não dispomos de um mapa linguístico, como o que foi feito nos Estados Unidos, sobre os atributos associados às palavras *black* e negro, e nem tampouco temos uma política linguística, como a que vem caracterizando a construção de um termo politicamente correto naquele país, porém observam que algumas pistas sugerem a preferência de certos termos para designação da rotulação de cor ou pertencimento racial entre certos segmentos sociais, nem sempre compartilhada com outros, contribuindo para a fluidez deste campo de relações.

Segundo Castro (2005a), a miscigenação da população brasileira, agregada à ausência de um critério de cor, deixa aberta a utilização de múltiplas categorias de cor, que são constantemente utilizadas para dar conta da multiplicidade de cores dessa população.

Para Munanga (1998) esse total de cores demonstra que o brasileiro foge de sua realidade étnica, de sua identidade, procurando, mediante simbolismo de

fuga, situar-se o mais próximo possível do modelo tido como superior, isto é, branco. O autor se vale das palavras de Moura, que diz que “[...] a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos reificados, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma esmagadora magia” (MOURA, 1988, p. 64, apud MUNANGA, 1998).

Osório (2003, p. 35) afirma que o termo *moreno* “[...] revela uma espécie de recalque coletivo que trai a rejeição da ascendência negra e da valorização de muitas contribuições realizadas pelos africanos transmigrados à força para o Brasil, e por seus descendentes”.

O autor ainda comenta que o uso de *moreno* como um eufemismo, para não se referir às pessoas como negras, pretas ou pardas, é a expressão perfeita de uma etiqueta de relações raciais, sendo comum as pessoas se referirem a fulano, que é negro, como *aquele moreno*, ainda que fulano não tenha o maior problema em se declarar negro, preto ou pardo. É uma espécie de concessão polida para não *depreciar* o sujeito pela alusão ao que se entende como condição racial.

Essa junção de cores, se resumindo no *moreno* como um dos termos mais comumente usado pela sociedade para se referir às pessoas negras, também foi percebida na fala de nossos entrevistados, quando solicitado que se autoterrassem e classificassem seus familiares de acordo com categorias de cor.

Morena também, todos morenos, tem moreno claro, moreno escuro, mas todos morenos (M.L.M.).

Por causa que meu pai, ele é moreno escuro e minha mãe já é branca, então fica difícil distinguir, por causa que alguns dos meus irmãos é branco e outros são morenos, então daria para distinguir que a maioria é moreno (A.A.E.S.).

Acho que minha cor é a cor do brasileirinho jambo, né? Tem assim, num sou negro, num sou branco, acho que sou uma mistura (F.R.A.C.).

Santos (2004) observou também em sua pesquisa que os entrevistados usavam termos que branqueavam a cor da pele. Supõe-se, assim, que se tratava de uma fuga do racismo, dos preconceitos arraigados, dado os significados sociais que eles têm em suas vidas.

O uso do eufemismo *moreno*, que para muitos seria uma forma mais carinhosa de denominar o outro, contribui, de certa forma, para colocar *debaixo do tapete* as questões de discriminações e desigualdades entre brancos e negros no nosso país.

Conclusões

Ao analisar os dados referentes a esse nível de ensino, e desmembrarmos essa análise por cor, os dados nos mostram que a população negra se encontra em desigualdade quando comparada à população branca no quesito educação, pois, à medida que aumenta o nível escolar, diminui o índice de alunos negros.

Estatísticas apontam que no Ensino Médio a proporção de alunos negros é de 43,9%, o que nos permite comparar com os dados levantados no CEFET-Cuiabá, hoje campus São Vicente do IFMT, através das fichas de alunos egressos do período de 1995 a 1999 e, para nossa surpresa, os dados de Escolas Federais do Censo Escolar de 2005 falam que mais da metade dos alunos de escolas federais não declararam sua raça/cor o que dificulta fazer um estudo melhor sobre a situação dos negros no Ensino Médio de Escolas da Rede Federal de Ensino.

Dentro do universo de 425 fichas analisadas, o número de alunos brancos era maior que o número de alunos negros, entendendo que negro nessa pesquisa é a representação de pretos, pardos e mulatos, o que nos leva a concordar que, quanto mais se aumenta o nível de escolaridade, mais se branqueia o gráfico.

Outro ponto a salientar foi o momento da classificação por cor dos sujeitos da pesquisa; para isso utilizaram-se as fotos 3x4 que se encontravam nas pastas dos alunos. A classificação se deu com base nas categorias de cor do IBGE, acrescida do termo mulato. Essa ação foi realizada apenas pelo pesquisador e, em segundo momento, pelos entrevistados através de perguntas abertas e fechadas feitas no decorrer das entrevistas.

A identificação dos sujeitos por cor não foi uma tarefa fácil, nem por parte do pesquisador nem pelos entrevistados que, ao responderem ao questionamento da pergunta aberta, demonstravam incertezas quanto à cor que usariam para sua autoclassificação e dos seus familiares e acabavam optando pelos termos como moreno claro, moreno queimado e outros.

Ficou visível que os termos negro e moreno tiveram mais aceitação por parte dos entrevistados, até porque esses termos têm melhor aceitação na mídia e no dia-a-dia na sociedade, ou seja, eles ficam livres dos pejorativos que o termo *preto* carrega, pois chegamos a ouvir que preto não era cor, que usar o termo preto para classificar alguém era racismo. Esse tipo de levantamento nos levou a refletir sobre a importância que se tem de informar a população sobre a necessidade de apreciação dos dados sobre cor no Brasil e estimular a produção de pesquisa sobre as dimensões antropológicas e sociais no processo do brasileiro se autoclassificar e classificar o outro por categorias de cor, sejam elas abertas ou fechadas.

Referências

- BENTO, Maria A. Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria A. Silva (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECKER, Howard. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília, DF: MEC, 2000.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Álvares et al. Porto: Porto Editora, 1994.
- CASTRO, Edmara da Costa. As denominações de cor no Brasil. In: MÜLLER, Maria Lúcia R. (Org.). **Cadernos NEPRE**. Cuiabá: EdUFMT, v. 1, n. 1, jan/jun/2005a. p. 44 –46.
- _____. **Identidade e trajetórias de alunos negros na UFMT nos cursos de nutrição, enfermagem e medicina**. Dissertação (Mestrado em Educação)-. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, UFMT, 2005b.
- CEFET. Centro Federal de Educação Tecnológica. **Projeto Político-Pedagógico**. Cuiabá: jun. 2002.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A população negra em mercados de trabalho metropolitanos. **Estudos e pesquisas**, ano I, n. 3, São Paulo, nov. 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- _____. Democracia racial: o ideal, o pacto, o mito. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). **Cadernos de Pesquisas: relações raciais e educação – Temas contemporâneos**. Niterói: EdUFF, 2002.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed., Tradução de Tomas Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. Coordenação de população e indicadores sociais. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2005**. Brasília, DF: ME/INEP/DEEB, 2005.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF: IPEA, 2002.

JESUS, Lori Hack. Jovens negros no ensino médio de Tapurah – MT. Trabalhando as diferenças na educação Básica lei 10639/03 no município de Cuiabá. **Revista Documenta**, Brasília, DF, maio 2006, fascículo 01.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. In: OLIVEIRA, Iolanda (Org.). **Cadernos PENESB**, v. 4, Niterói: EdUFF, 2002.

_____. (Org.). **Estratégia e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. Teorias sobre o racismo. In: Hasembalg, C. A. et. al. **Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Estudos & Pesquisas 4. Niterói: EdUFF, 1998, p. 43-65.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Uma abordagem conceitual de noções de raça, racismo e etnia. Palestra. **Seminário de relações raciais e educação, PENESB**, 11 maio 2003.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. IPEIA **Texto para discussão**, n. 996, Brasília, DF, nov. 2003.

PAULA, W. S. de. **Educação profissional e a trajetória profissional de jovens negros em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

PETRUCCELLI, José Luís. A Cor denominada um estudo do suplemento da pesquisa mensal de Emprego de julho de 1998. **Textos para discussão**. Diretoria de Pesquisa, n. 3.

_____. **Mapa da Cor no Ensino Superior Brasileiro.** Série Ensaio & Pesquisas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Laboratório de Políticas Públicas; Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In: CARONE, Iray.; BENTO, Maria A. Silva (Org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTOS, Cássia Fabiane dos. **Negros na UFMT:** trajetória escolar de alunos dos cursos de História, Economia e Direito. Dissertação (Mestrado em Educação)-. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, UFMT, 2004.

SOUZA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In **Educação anti-racista:** caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: S0ecretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Ministério da Educação, 2005.

SOUZA, Maria Ivonete. **Migração e rotatividade escolar na área madeireira de Sinop/MT.** Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questões racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

TEIXEIRA, Moema de Poli. **Família e identidade racial:** os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda. Rio de Janeiro. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação)-. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

_____. **Negros na universidade:** identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Tradução: Nadza Rodrigues Marques, Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Recebimento em: 15/03/2012.

Aceite em: 25/03/2012.